Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 13 585/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 27 de Maio de 2005, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 5 de Novembro de 2004:

Ilda Maria Proença Fernandes — nomeada definitivamente, após aprovação em concurso, na categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente desta Faculdade, considerando-se exonerada da categoria anterior no momento da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Despacho n.º 13 586/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 27 de Maio de 2005, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 5 de Novembro de 2004:

Susana Clara Louçã Pina — nomeada definitivamente, após aprovação em concurso, na categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente desta Faculdade, considerando-se exonerada da categoria anterior no momento da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Despacho n.º 13 587/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 27 de Maio de 2005, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 5 de Novembro de 2004:

Maria Manuela dos Santos Correia Pereira — nomeada definitivamente, após aprovação em concurso, na categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente desta Faculdade, considerando-se exonerada da categoria anterior no momento da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Edital n.º 631/2005 (2.ª série). — 1 — O presidente do Instituto Politécnico de Beja torna público que, nos termos do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho) e demais disposições legais em vigor, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental para o preenchimento de uma vaga de assistente do 1.º triénio da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico para a Escola Superior de Saúde de Beja, do Instituto Politécnico de Beja, área científica de Enfermagem em Saúde Comunitária.

2 — O concurso é válido exclusivamente para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho — Escola Superior de Saúde de Beja e ou locais onde ela desenvolva as suas actividades.

4 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, entendendo-se por curso superior adequado a licenciatura em Enfermagem ou equivalente legal.

5 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

6 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, de admissão a concurso dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Beja, entregue pessoalmente na secretaria do Instituto ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, para o Instituto Politécnico de Beja, Rua de Santo António, 1-A, 7800-477 Beja.

7 — Do requerimento de admissão ao concurso deverão constar:

- Nome completo;
- Filiação;
- Naturalidade;
- Data e local de nascimento;
- Estado civil;
- Residência actual, código postal e número de telefone;
- Número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço de identificação que o emitiu;

- Graus académicos e respectivas classificações;
- Área científica a que concorre.

8 — Os candidatos deverão instruir os seus requerimentos com os seguintes documentos:

- Certidão de registo de nascimento;
- Bilhete de identidade;
- Certificado do registo criminal;
- Atestado de robustez física (Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto);
- Documento comprovativo de terem sido cumpridas as leis de recrutamento militar;
- Três exemplares do currículo científico e pedagógico do candidato;
- Nota biográfica.

9 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas c), d) e e) do n.º 8 aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma delas.

10 — Ao júri reserva-se a possibilidade de solicitar informações complementares aos candidatos, se tal considerar necessário.

11 — Critérios de selecção:

- Formação académica;
- Formação permanente;
- Experiência profissional;
- Realização de trabalhos de investigação e ou outros estudos fora do âmbito da formação académica;
- Outras actividades consideradas relevantes.

12 — O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 100, da escala salarial da carreira do pessoal docente do ensino superior, constante do anexo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

13 — O júri nomeado para o presente concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Rogério Manuel Ferrinho Ferreira, professor-coordenador da Escola Superior de Saúde de Beja, do Instituto Politécnico de Beja.

Vogais efectivos:

Maria das Dores Mesquita Pontes, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde de Beja, do Instituto Politécnico de Beja.

Ana Maria Barros Pires, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde de Beja, do Instituto Politécnico de Beja.

Vogais suplentes:

Maria Antonieta Carvalho Medeiros, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde de Beja, do Instituto Politécnico de Beja.

Maria João Galantinho Lampreia, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde de Beja, do Instituto Politécnico de Beja.

13.1 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

14 — Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 de Junho de 2005. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 6106/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente de 9 de Maio de 2005:

Licenciada Patrícia Maria Dionísio Lopes dos Reis — autorizada a contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, no Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, na área de gestão financeira e patrimonial, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 460, a partir de 15 de Maio de 2005, cessando na presente